

GÊNERO E SURDEZ

Madalena Klein - UFPel*

Daniele de Paula Formozo - UFPel**

Resumo

Este artigo propõe-se discutir a temática da surdez, articulando-a com discussões referentes a gênero e sexualidade, tomando por referência autores da perspectiva dos Estudos Culturais em Educação e dos Estudos Surdos. A surdez e os surdos, assim como o gênero, são entendidos a partir da diferença cultural. No mercado de trabalho em geral, as surdas são discriminadas, porém são a maioria no professorado, o que é uma consequência da feminização do trabalho docente. A crescente presença feminina na liderança dos movimentos surdos pode estar relacionada a essa maioria de professoras, que carregam para os movimentos características da organização escolar. Analisamos dois artigos sobre o tema, além de um encontro sobre mulheres surdas ocorrido em Pelotas – RS, onde as participantes destacaram seu papel na luta política da associação dos surdos, enquanto aos homens cabe o papel de organizar as atividades de lazer e esportes. A luta pelos direitos das mulheres surdas vem crescendo no Brasil e há necessidade de haver mais estudos sobre essa temática.

Palavras-chave: gênero e sexualidade – diferença – Estudos Surdos – mulheres surdas – movimentos surdos

Introdução

Este artigo propõe-se discutir a temática da surdez, articulando-a com discussões referentes a gênero e sexualidade, tomando por referência autores da perspectiva dos Estudos Culturais em Educação e dos Estudos Surdos. Analisamos textos e cenas que envolvem mulheres surdas em diferentes espaços, a partir de suas narrativas, de análise de pesquisadores, bem como da aproximação com mulheres surdas envolvidas nos movimentos surdos da cidade de Pelotas/RS.

Os Estudos Culturais, articulados à perspectiva pós-estruturalista, modificam a tradicional concepção de cultura, entendendo-a como um “campo de luta entre os

* Madalena Klein: Doutora em Educação, professora adjunta do Departamento de Fundamentos da Educação da Faculdade de Educação – UFPel. Rua Andrade Neves, 1122/23, CEP: 96020-280 – Pelotas – RS. Fone (53) 3227 7938 e (53) 91195448. kleinmada@hotmail.com.

** Daniele de Paula Formozo: Professora da rede pública municipal de Pelotas e Mestranda em Educação – UFPel. Rua Gonçalves Chaves, 4136/403. CEP: 96015-560 - Pelotas – RS. Fone (53) 32734982 e (53) 91047114. dani.gael@hotmail.com.

diferentes grupos sociais em torno da significação” (SILVA, 2000, p. 32). Há uma disputa de poder em torno dos significados considerados como verdadeiros, e esses significados produzem identidades. Os Estudos Surdos em Educação têm com base os Estudos Culturais, e podem ser entendidos

como um território de investigação educacional e de proposições políticas que, através de um conjunto de concepções lingüísticas, culturais, comunitárias e de identidades, definem uma particular aproximação – e não uma apropriação – com o conhecimento e com os discursos sobre a surdez e sobre o mundo dos surdos (SKLIAR, 1998, p. 29).

Mais da metade da população surda mundial são mulheres, segundo dados da Federação Mundial de Surdos (WFD)¹. A WFD possui um grupo de trabalho sobre mulheres surdas, cuja pauta de discussões baseia-se na análise do papel das surdas nos movimentos surdos, além de denunciar a situação de vulnerabilidade em que muitas dessas mulheres se encontram. A referida comissão pretende ainda criar redes de solidariedade mundiais entre mulheres surdas de todo o planeta².

No Brasil, porém, a combinação dessas duas categorias de análise (gênero e surdez) é um assunto novo. Não há muitos estudos que unam a questão do gênero com a surdez. Tal questão está começando a ser discutida entre os surdos no Brasil, que tinham (e ainda têm) outros assuntos em sua pauta de reivindicações, como a divulgação da Libras – Língua Brasileira de Sinais, o acesso à informação (exigência de filmes brasileiros e de programas de TV com legendas ou com janelas de interpretação na língua de sinais), à educação, à saúde pública e ao mercado de trabalho.

Ao propor uma discussão sobre gênero e surdez, nos aproximamos de produções dos estudos feministas que se produzem a partir da denominada terceira onda³ de movimentos feministas que trabalha através da perspectiva pós-estruturalista, problematizando o gênero feminino através da diferença. As mulheres não desejam ser iguais aos homens, pois as subjetividades são diferentes. Também não são o oposto dos homens, o seu negativo. O gênero feminino caracteriza-se por sua(s) diferença (s) em

¹ A Federação Mundial de Surdos (World Federation Of the Deaf – WFD) foi criada em 1951, com sede na Finlândia.

² Para maiores informações, sugerimos o site: http://www.wfdcongress.org/esp/version_texto.php

³ A primeira onda feminista corresponde à luta sufragista, ocorrida durante o Iluminismo. A segunda onda começou em 1970, nos Estados Unidos. Na tentativa de anular a discriminação sexual, o feminismo encampou a luta pela igualdade, o que provocou uma prática de assimilação do comportamento masculino como modelo. (REVERTER-BAÑON, 2003)

relação ao gênero masculino (REVERTER BAÑON, 2003). De forma semelhante, alguns estudos da atualidade educacional vêm problematizando a surdez e os surdos também a partir de autores da perspectiva pós-estruturalista, na qual a mesma é entendida como diferença cultural.

A partir dessa perspectiva, consideramos os surdos como sujeitos culturais que partilham de uma cultura surda, marcada através da língua de sinais, sendo as identidades dos sujeitos constituídas a partir da experiência visual. Assim, entendemos a surdez não como uma deficiência a ser curada e corrigida, mas como uma diferença cultural e lingüística que deve ser respeitada. O surdo não é o oposto anormal do ouvinte normal, não é o negativo do ouvinte, é apenas diferente. “A cultura surda não é uma imagem velada de uma hipotética cultura ouvinte. Não é o seu revés. Não é uma cultura patológica” (SKLIAR, 1998, p. 28). A surdez, ou o ser surdo é entendido como uma experiência que se produz na multiplicidade de marcas que se constituem nas relações de saber-poder. Dessa forma, nos propomos a analisar a diferença surda nos valendo de uma aproximação entre a teoria feminista e os Estudos Surdos em Educação⁴.

A diferença, como significação política, é construída histórica e socialmente; é um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais, de resistências às assimetrias de poder e de saber, de uma outra interpretação sobre a alteridade e sobre o significado dos outros no discurso dominante (SKLIAR, 1998, p. 6).

1. Das lutas por uma política de identidades surdas: as possibilidades de inversão epistemológica

A idéia de diferença é nova na educação de surdos, cuja história é marcada por situações adjetivadas como “bastantes tristes” (SANCHES, 1990), sendo que inúmeros depoimentos de surdos são marcados por lembranças de experiências, segundo eles, traumatizantes. Os surdos sofreram muito através das representações dos ouvintes, representações colonialistas que narravam a surdez como uma deficiência passível de medicalização e de normalização. As línguas de sinais não eram reconhecidas e os surdos eram obrigados a aprender a falar, a partir de uma perspectiva oralista⁵.

⁴ “Os Estudos Surdos em Educação podem ser pensados como um território de investigação educacional e de proposições políticas que, através de um conjunto de concepções lingüísticas, culturais, comunitárias e de identidades, definem uma particular aproximação – e não uma apropriação – com o conhecimento e com os discursos sobre a surdez e sobre o mundo dos surdos” (SKLIAR, 1998, p. 29).

⁵ Oralismo e o nome dado às abordagens que enfatizam a fala e a amplificação da audição na educação dos surdos. O oralismo também rejeita e proíbe o uso da língua de sinais (WRIGLEY, 1996).

Alexandre Grahan Bell defendia, no final do Século XIX, que os casamentos entre surdos deveriam ser proibidos, a fim de que não surgisse uma variedade surda dentro da raça humana (LANE, 1992). O regime nazista esterilizou várias surdas, assim como mulheres portadoras de deficiências físicas ou mentais, numa tentativa eugenista de criar uma “raça superior”. Obviamente a surdez era julgada como uma deficiência, e a mulher surda, por ser considerada deficiente, não tinha o direito de ser informada sobre sua saúde e nem de opinar a favor ou contra a sua própria esterilização. Hoje, pelo contrário, assistimos a uma inversão epistemológica quando casais surdos declaram publicamente sua preferência por filhos surdos. O nascimento de crianças surdas é celebrado nas associações.

Em 2002, nos Estados Unidos, um casal de lésbicas surdas atraiu a atenção da imprensa por optar por ter um bebê surdo. O casal queria que a criança que fosse como elas. As duas recorreram a um amigo que tinha várias gerações de casos de surdez na família, após terem sido recusadas por bancos de esperma. Elas realmente tiveram um menino surdo. Em entrevistas, as mulheres alegaram que seriam melhores mães de uma criança surda. Elas acreditam que são capazes de entender mais completamente o desenvolvimento da criança e de oferecer melhor orientação. Essas mulheres fazem parte de uma geração que enxerga a surdez não como uma deficiência, mas como uma identidade cultural. A escolha deliberada por um bebê surdo foi um exemplo de inversão epistemológica e, gerou duras críticas entre os ouvintes, por motivos óbvios e curiosamente, entre a comunidade surda, por motivos homofóbicos.

Em muitos países os surdos conquistaram o respeito à diferença cultural e lingüística que os identifica como o outro em relação à modalidade lingüística. Depois de anos de luta, conseguiram que sua língua fosse reconhecida e respeitada em vários países, inclusive no Brasil, onde o ensino da Libras já é obrigatório nos cursos de Licenciatura e Pedagogia (Decreto nº 5.626, de 22/12/2005).

Em nosso contato com surdas, já ouvimos vários e tristes relatos de mulheres que foram abusadas sexualmente por homens ouvintes, que ficaram impunes devido à dificuldade de as surdas se comunicarem com os familiares.⁶ Também a falta de informação a respeito da sexualidade provocou várias gestações indesejadas. Felizmente, em várias cidades, inclusive em Pelotas, as surdas conquistaram o direito de

⁶ Grande parte dos surdos são filhos de ouvintes que, na maioria das vezes, desconhecem e desprezam as línguas de sinais. A comunicação entre pais e filhos se dá de forma muito precária. Felizmente, esse quadro está mudando, muitas famílias têm se interessado em aprender a língua dos surdos.

serem acompanhadas por um intérprete de Libras durante as consultas médicas de pré-natal e mesmo durante o parto. A associação dos surdos da cidade já promoveu várias palestras a respeito de saúde e sexualidade femininas.

De certa forma podemos considerar que parte das pautas dos movimentos surdos vem sendo satisfeitas, e nessa história de lutas as mulheres surdas marcaram presença e nesses encontros vivenciaram novas perspectivas de luta, em que a questão de gênero ganha visibilidade.

2. Das professoras surdas

As mulheres surdas possuem um grande histórico de discriminação. No Brasil, Dom Pedro II convidou o professor surdo Eduard Huet para vir ao Brasil, fundando assim no Rio de Janeiro, em 1856, o Instituto Nacional dos Surdos-Mudos, hoje denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos⁷ (INES). Nos relatos desta história encontramos registros sobre a esposa de Huet, que seria responsável pelos cuidados das meninas do Instituto, uma vez que, inicialmente, eram atendidos alunos e alunas surdas. Porém, em 1868 as surdas não foram mais aceitas, sob o argumento de que haveria promiscuidade se a instituição trabalhasse com ambos os sexos. Esse discurso seguia uma lógica na qual “as meninas surdas não educadas não se constituíam em problema para sua família e sociedade, diferentemente dos meninos surdos” (KLEIN, 2005, p. 18). As mulheres surdas só voltaram a frequentar o Instituto a partir do ano de 1932.

Observamos que, atualmente, dentre os surdos que passaram (ou passam) pela universidade, ocupando preferencialmente vagas nos cursos de Pedagogia ou Licenciatura, a maioria são mulheres. Também há uma grande maioria feminina entre os instrutores de Libras⁸, cuja disciplina, até 2005, só poderia ser ministrada por surdos⁹. Podemos argumentar que também na educação de surdos, assim como na educação em

⁷ Anteriormente era usual o termo surdo-mudo. Porém essa denominação sofre críticas por parte dos surdos e suas organizações: “... as comunidades surdas, suas lideranças e pesquisadores vêm insistindo no uso da palavra ‘surdos’, numa política de identidade e diferença que procura a ruptura com as representações de desvalia, descapacidade e deficiência, constituindo e reafirmando identidades culturais a partir da experiência visual e do compartilhar da língua de sinais” (KLEIN, 2005, p. 16).

⁸ Forma de designação dos surdos envolvidos no ensino da língua de sinais com capacitação em cursos organizados ou credenciados pela FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos.

⁹ Não havia nenhuma normativa formal neste sentido, porém a comunidade surda, através da FENEIS, firmava este indicativo como uma pauta de luta pelo reconhecimento da língua de sinais como sendo a língua natural dos surdos sendo eles os sujeitos indicados para seu ensino.

geral esse dado se justifique pelo fato de as mulheres serem maioria no trabalho docente, pois historicamente foi construído um discurso de que a mulher possui vocação para o magistério, que é menos uma profissão e mais um sacerdócio. (GARCIA et alii, 2005) Assim, a feminização do trabalho docente também acontece na comunidade surda¹⁰.

3. A mulher surda trabalhadora: uma presença “ausente”

Em pesquisa a documentos, artigos, cartazes que falam do surdo trabalhador (KLEIN, 1999), fica evidenciada a ausência de uma personagem: a mulher surda. A predominância nesses discursos diz de um homem — o trabalhador — ficando em segundo plano, ou mesmo esquecidas as especificidades dessa mulher que ascende ao mundo do trabalho.

Skliar (1997), ao analisar a educação de surdos, refere-se à existência de um “currículo angustiante”, em que quem está presente é um homem ouvinte, branco, profissional. Ao ser referida a categoria surdo, tem-se a impressão de que essa expressão é suficiente, não havendo lugar para outras diferenças.

Vêm ocorrendo mudanças lentas nesse sentido. Exemplo disso são alguns dos trabalhos apresentados por ocasião do XII Congresso Mundial da Federação Mundial dos Surdos, em Viena, no ano de 1995, que falavam das condições de surdos negros, surdas mulheres africanas, surdas lésbicas, surdos gays, entre outros. Nesta direção, a WFD mantém seus grupos de trabalho, sendo que a temática da mulher surda ganha espaço nos diferentes eventos desta entidade.

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito - inclusive como sujeito da Ciência (LOURO, 1997, p.17).

Trazer à visibilidade essas mulheres ainda é uma condição tímida nos discursos que falam sobre surdez e trabalho. Um exemplo está numa pesquisa apresentada no Congresso anteriormente referido. Essa pesquisa (WFD, 1995, p.614-617) fala sobre o treinamento de arquitetos profissionais ao nível universitário na cidade de Tsukuba,

¹⁰ Lembramos que a atual presidente da Universidade Gallaudet é uma mulher surda. Essa universidade funciona em Washington, Estados Unidos, e desde o século XIX atende alunos surdos, possuindo em seu corpo docente vários profissionais surdos.

Japão, onde, dos 34 profissionais pesquisados, sete são mulheres, ou seja, representam uma minoria, que aparecem apenas enquanto número estatístico, sem que haja qualquer referência sobre suas condições de mulheres surdas trabalhadoras.

A capa de uma das publicações da FENEIS (1995), traz o desenho de quatro situações de trabalho em que surdos estão envolvidos: uma gráfica, uma padaria industrial, uma cartonagem e uma sala de digitação. Apenas nesse último quadro está retratada a figura feminina, passando uma idéia de que algumas atividades são para as mulheres, e outras, para os homens e confirmando a participação minoritária da mulher surda no mundo do trabalho.

O estigma de ser mulher deficiente está presente tanto nas respostas de mulheres às pesquisas, quanto na fala de homens surdos que, muitas vezes consideram a situação da mulher surda quase que beirando a tragédia. Certa vez ouvimos o depoimento de um surdo que participou de uma peça de teatro na qual uma jovem surda teria cometido o suicídio. Ele dizia do quanto que a vida das moças surdas é difícil, do quanto as famílias as protegem e não acreditam em suas possibilidades, ficando o suicídio como saída para o desespero.

O documento “Reflexões sobre a condição da mulher portadora de deficiência”, distribuído pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro (CEDIM, 1994, p.27), trata, em uma de suas seções, sobre o trabalho. Os depoimentos ali apresentados falam de uma dupla discriminação “pelo próprio fato da pessoa em questão ser mulher e por ser portadora de deficiência”, como também da necessidade de se esforçarem no sentido de serem “supermulheres”, para tentar superar, inclusive, as chamadas mulheres normais” (CEDIM, 1994, p.30).

A questão do gênero é também atravessada por outras especificidades, como, por exemplo, das de raça e etnia. Encontramos em uma pesquisa de MINDEL e VERNON (1972), nos Estados Unidos, que em relação à situação de trabalho, as mulheres surdas negras sofriam maior discriminação do que as mulheres surdas brancas, ou mesmo que os homens surdos negros.

Na história dos movimentos surdos, encontramos várias mulheres destacando-se na luta pelo reconhecimento da Língua de Sinais, da valorização das pessoas surdas. São mulheres que vêm possibilitando uma visibilidade enquanto sujeitos. Elas estão aí, interferindo nas vidas das pessoas surdas, faltando ainda que se deixem falar, que se

possibilitem narrar-se, interferindo nos discursos hegemônicos que tratam das questões do trabalho e da surdez como um espaço masculino, e ainda mais: um espaço do homem branco europeu. Essa naturalização acaba por excluir tantos outros sujeitos, que por não terem um espaço de visibilidade, vêem suas especificidades negadas, como são os surdos negros, os surdos homossexuais, e outros.

4. As categorias no estudo sobre a mulher surda

Analizamos o artigo de MOREIRA (1998), onde encontramos um estudo das relações de gênero e sexualidade da mulher surda a partir das relações de saber-poder e as práticas discursivas e não discursivas, fazendo referências a Michel Foucault. Em seu texto, Moreira fala da emergência da mulher surda como um deslocamento de identidades, trazendo a categoria do gênero para dentro da discussão dos Estudos Surdos. Em suma, a autora trabalha a partir de três eixos: o dos Estudos Culturais, o dos Estudos Surdos e o do gênero. Ela vê a surdez como apenas uma das múltiplas identidades das mulheres surdas, de acordo com as idéias de Stuart Hall, e entende-a como uma questão epistemológica, unindo-se a narrativas que pretendem desconstruir, assim, a narrativa que vê a surdez como uma patologia a ser corrigida.

Até a publicação desse artigo (1998) não havia dentro dos Estudos Surdos escritos sobre a mulher surda e suas relações de gênero e sexualidade. A autora chama Joan Scott e Guacira Lopes Louro para a discussão de gênero e Michel Foucault para a discussão de sexualidade, citando alguns conceitos desses autores.

Moreira afirma que para a mulher surda a questão do gênero feminino é entendida como uma questão de sexualidade, a partir de um enfoque biológico, uma vez que o corpo do surdo é um corpo doente, deficiente, incapacitado e, por conseguinte, assexuado. Assim, afirma a autora, deveriam ser feitos estudos sobre a emergência da mulher surda em nossa sociedade, como se dá sua inscrição no mundo social a partir do viés do Gênero e da sexualidade.

Pensamos que esse artigo apenas define categorias através das quais o gênero feminino possa ser cruzado com a surdez dentro das perspectivas pós-estruturalistas e dos Estudos Culturais. O texto finaliza como um convite a pesquisadores para deter-se no assunto.

5. O movimento das mulheres surdas no Brasil

Analizamos também o artigo de VILHALVA (2005), pedagoga surda que vive e trabalha em Campo Grande - MS. A autora começa fazendo um histórico do dia da mulher, explicando o porquê dessa data ser comemorada. A seguir fala sobre as políticas para a mulher desenvolvidas no Estado do Mato Grosso do Sul e do grupo de mulheres surdas que foi formado em Campo Grande. Esse grupo organizou-se em 2004, a fim de elaborar propostas para o I Encontro Latino Americano de Mulheres Surdas Líderes, ocorrido em Belo Horizonte, também em 2004.

Cabe ressaltar o fato de que as mulheres surdas ultimamente têm tomado a liderança dos movimentos. Pensamos que isso está ligado ao fato de as mulheres serem a maioria entre os docentes surdos. LOPES e VEIGA-NETO (2006) argumentam que, como a escola é o local onde os surdos se encontram, a organização da comunidade surda sofre fortes influências da organização escolar, ou seja, há uma pedagogização dentro dos movimentos surdos. O discurso escolar perpassa a identidade surda e a maior parte da organização das lutas surdas se dão dentro da escola, com o apoio de professores e intérpretes que ocupam os espaços ouvintes no movimento surdo. “Nessa pedagogização, os comportamentos dos surdos são balizados por referenciais aceitos pela própria escola como adequados” (LOPES e VEIGA-NETO, 2006, p. 93). A disciplina dos movimentos é uma marca forte que a escola imprime em seus alunos. A escola atualmente é muito mais o local de convivência e de luta surdas e muito menos o local de aprender.

Na continuidade de seu texto, VILHALVA (2005) relata o encontro de Belo Horizonte, que teve como objetivo principal desencadear movimentos de mulheres surdas em todos os países na América Latina para lutar por direito à saúde, à educação, à proteção de mulheres vítimas de violência, à participação política, entre outros. A partir desse encontro as surdas obtiveram várias conquistas, como o direito da gestante surda ter atendimento pré-natal pelo SUS com a presença de intérprete de Libras e a organização de palestras (com intérpretes) sobre aleitamento materno, cuidados com o bebê, sexualidade, direitos trabalhistas etc.

6. Movimentos das mulheres surdas em Pelotas/RS

No dia 18 de março de 2007 participamos como observadoras do II Encontro de Mulheres Surdas de Pelotas. Houve uma palestra com uma psicóloga ouvinte sobre a diferença da mulher e a seguir um debate, em que uma das questões que mais chamou nossa atenção foi a de uma surda que indagou por que as mulheres sempre foram discriminadas, sempre foram vistas como mais fracas e menos capazes do que os homens. A palestrante explicou que esses conceitos são biológicos e vêm sendo transmitidos através da cultura, de geração a geração, a ponto de acreditarmos que sejam “verdade”. Outras surdas questionaram que a “superioridade masculina” não acontecia na comunidade surda, onde as mulheres em geral preocupavam-se com o sustento da família enquanto os homens “preocupavam-se em jogar futebol e ver televisão” (segundo depoimento de uma das participantes do Encontro). Dentro da Associação de Surdos de Pelotas, as mulheres organizam as discussões enquanto os homens organizam churrascos e campeonatos esportivos. Assim como no encontro mineiro relatado por VILHALVA (2005), as organizadoras do evento pelotense eram professoras surdas. As participantes também eram as surdas com maior escolaridade. Ficamos nos perguntando por que as discussões de gênero não mobilizam as surdas mais pobres e menos escolarizadas, uma vez que de outras atividades promovidas pela associação, como festas, elas participam.

Para finalizar... uma temática que se abre ao debate

Após essa discussão podemos argumentar que a participação das mulheres surdas no Brasil está crescendo e começando a ter visibilidade, na medida em que essas mulheres estão tendo acesso à educação, e mais especificamente à formação docente. É hora de os estudos feministas deterem-se nessas mulheres, por tanto tempo silenciadas, exploradas e violentadas. Elas têm muito a contribuir nas discussões dos cruzamentos das diferenças.

Para encerrar, apresentaremos um poema escrito por uma surda¹¹ que expressa sua perspectiva de mulher engajada no movimento surdo.

De menina sapeca
que transborda beleza
transformando menina-moça-mulher.

¹¹ As poesias surdas são produzidas inicialmente em língua de sinais, sendo depois traduzidas para o Português escrito. Ao contrário do que reza o senso comum, a língua de sinais é capaz, sim, de abstrair, de criar linguagem figurada e de fazer literatura. Sobre os mitos que envolvem as línguas de sinais e sobre a estrutura gramatical da Libras, sugerimos a leitura de KARNOPP & QUADROS (2004).

Despertando em si a
mulher surda, guerreira, acima de tudo mulher.
(Shirley Vilhalva)

GENDER AND DEAFNESS

Abstract

This paper discusses the topic of deafness, articulating it with discussions referring to gender and sexuality, based on authors from the perspectives of Cultural Studies in Education and Deaf Studies. Deafness and deaf people, as the gender issue, are understood through a cultural difference perspective. Deaf women are discriminated in the workplace in general, but they are the majority in the teaching profession, a consequence of the feminization of the teaching work. The increasing female presence as leaders of deaf movements may be related to this greater rate of women as teachers, who carry the features of the school organization onto the movements. Two papers on the topic were examined, as well as a meeting on deaf women occurring in Pelotas – RS, whose participants highlighted their role in the political struggle by the deaf people's association, while men take on the role of organizing leisure and sporting activities. The fight for the rights of deaf women has been growing in Brazil; there is a need for more studies on such topic.

Keywords: gender and sexuality – difference – Deaf Studies – deaf women – deaf movements.

Referências

GARCIA, Maria Manuela A., HYPOLITO, Álvaro M. e VIEIRA, Jarbas S. *As identidades docentes como fabricação da docência*. Educação e Pesquisa, Março de 2005, vol. 31, nº 1.

KARNOPP, Lodenir B. & QUADROS, Ronice M. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre, Artmed, 2004.

CEDIM - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - RJ. *Reflexões sobre a condição da mulher portadora de deficiência: a experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1994.

FENEIS—Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. *Desenvolvimento integral do surdo “enquanto pessoa”*. Belo Horizonte: FENEIS, 1995.

KLEIN, Madalena. *A formação do surdo trabalhador: discursos sobre a surdez, a educação e o trabalho*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

_____. Educação e movimentos surdos: histórias de rupturas e contestações. In: KARNOPP, Lodenir. B. & KLEIN, Madalena. *A língua na educação do surdo*. Volume 1. Porto Alegre, Secretaria Estadual de Educação/ Departamento Pedagógico/ Divisão de Educação Especial, 2005.

- LANE, Harlan. A máscara da benevolência: a comunidade surda amordaçada. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.
- LOPES, Maura C. & VEIGA-NETO, Alfredo. Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. *Perspectiva*, Florianópolis, volume 21, edição especial – jul./dez. 2006.
- LOURO, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação. uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MINDEL, E., & VERNON, M. *They grow in silence*. Silver Spring, MD: N.A.D. ,1972.
- MOREIRA, Sandra Zanetti. A mulher surda e suas relações de gênero e sexualidade. In: SKLIAR, Carlos. *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre, Mediação, 1998.
- REVERTER BAÑON, Sonia. La perspectiva de gênero em la filosofía. *Feminismo/s*, Alicante, 2003.
- SÁNCHEZ, Carlos. *La increíble y triste historia de la sordera*. Caracas: Ceprosord, 1990.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A política e a epistemologia do corpo normalizado. In: *Revista Espaço*, INES, Rio de Janeiro, 1997.
- _____. A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- _____. *Teoria Cultural e educação: um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000a.
- SKLIAR, Carlos. A reestruturação curricular e as políticas educacionais para as diferenças: o caso dos surdos. In: SILVA, Luiz H. da; AZEVEDO, José C.; SANTOS, Edmilson S. dos. (Org.) *Identidade social e a construção do conhecimento*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação, 1997.
- _____. *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre, Mediação, 1998.
- THOMA, Adriana da Silva. Educação de surdos: dos espaços e tempos de reclusão aos espaços e tempos inclusivos. IN: THOMA, Adriana S. e LOPES, Maura C.: *A invenção da surdez II*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2006.
- VILHALVA, Shirley. O despertar das mulheres surdas no Brasil. 08/03/2005. In: <http://www.tvregional.com.br/colunistas>. Acessado em 19/03/2007.
- WFD - World Federation of the Deaf. *XII World Congress*. Viena, 1995. Atas do Congresso. (Digitado)

Data do recebimento: 13-06-2007

Data do aceite: 08-07-2007